

XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16ª Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

HISTÓRIA ECONÔMICA GERAL E ECONOMIA INTERNACIONAL

As Quatro Esferas da Globalização Econômica: Comercial, Produtiva, Financeira e Tecnológica

The Four Spheres of Economic Globalization: Commercial, Productive, Financial and Technological

Jackson Rayron Monteiro; Universidade Regional do Cariri (URCA); floydianojack@gmail.com
Luana Marques Carlos; Universidade Regional do Cariri (URCA); Lua-marques@live.com
Leandro Rodrigues Torres; Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Norte;
leandrotrresrodrigues@gmail.com

RESUMO: A pesquisa aqui desenvolvida articula interpretações sobre algumas das várias esferas do processo de globalização, no caso especial, as expressões desta na econômica: comercial, produtiva, financeira e tecnológica. Para tal, tem-se como objetivo um exame acerca do processo de globalização, dividindo em quatro seções no curso do texto de acordo com as quatro esferas elencadas acima. A pesquisa desenvolveu-se a partir de revisão de literatura narrativa com base na produção de Barbosa (2021) e Chesnais (1996), os pondo em diálogo temático. Concluiu-se, ao final da discussão, que a globalização e o avanço da mundialização do capital, puxado pelas multinacionais por intermédio dos seus investimentos externos diretos, são fenômenos com expressões conjugadas, também caracterizado pela desregulamentação financeira em favor dos países com amplas concentrações de capitais e em detrimento dos países subdesenvolvidos.

Palavras-chaves: Globalização Econômica. Esferas da Globalização. Mundialização Financeira.

ABSTRACT: The research developed here articulates interpretations of some of the various spheres of the globalization process, in the special case, its expressions in economic terms: commercial, productive, financial and technological. To this end, the objective is to examine the process of globalization, dividing it into four sections in the course of the text according to the four spheres listed above. The research was developed from a narrative literature review based on the production of Barbosa (2021) and Chesnais (1996), putting them in thematic dialogue. It was concluded, at the end of the discussion, that globalization and the advance of the mundialization of capital, driven by multinationals through their



foreign direct investments, are phenomena with conjugated expressions, also characterized by financial deregulation in favor of countries with large concentrations of capitals and to the detriment of underdeveloped countries.

Keywords: Economic Globalization. Spheres Globalization. Mundialization of capital.

INTRODUÇÃO

O presente texto dissertativo tem como objetivo geral discutir o processo que se convencionou chamar de globalização no âmbito das suas esferas. Como objetivos específicos, o texto pretende discorrer sobre a) a globalização comercial; b) a globalização produtiva; c) a globalização financeira; e d) a globalização tecnológica.

Para tanto, far-se-á uso dos textos *O Mundo Globalizado: política, sociedade e economia* de Barbosa (2021); e *A Mundialização do Capital* de Chesnais (1996). Para além desta introdução e das considerações finais, o texto conta com mais duas seções que pretendem discorrer sobre a globalização enquanto mundialização do capital e sobre as esferas propriamente ditas da globalização econômica. Deste modo, o uso da revisão de literatura se fez imprescindível para um diálogo consistente com o conteúdo já acumulado a respeito das quatro esferas da globalização econômica, como anunciado pelo título.

A GLOBALIZAÇÃO ENQUANTO MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL

O fenômeno que se convencionou chamar de globalização a partir dos anos 1980 se refere, grosso modo, à internacionalização em dimensão global dos fluxos econômicos, políticos, culturais e informacionais entre as economias. Objetivando preencher de nitidez o termo supracitado, Chesnais (1996) adota o termo francês mundialização ou, mais especificamente, mundialização do capital que coloca como principal pilar sustentador da globalização o processo de internacionalização global do capital comandado pelas empresas multinacionais, em associação com os Estados que sediam suas matrizes, via investimento externo direto (IED); transferência tecnológica;



e desregulamentação financeira principalmente entre os países constituintes da Tríade – integração econômica formada pelos EUA, Europa Ocidental e Japão – que legam aos países subdesenvolvidos a marginalização e à expropriação de seus excedentes econômicos (CHESNAIS, 1996; BARBOSA, 2021).

À guisa de introdução, importa salientar que o termo globalização surgiu nos anos 1980 nas escolas de administração de Havard, Columbia e Stanford. Já naquele contexto, o termo dizia respeito as estratégias que deveriam ser adotadas pelas grandes empresas multinacionais em relação à integração internacional proporcionada pelas inovações da Terceira Revolução Industrial que diziam respeito, principalmente, aos meios de comunicação; e politicamente, à abertura comercial e financeira promovida pelos Estados nacionais diante das pressões exercidas pela necessidade de expansão do capital monopolista. Nascendo como um termo que dizia respeito aos comportamentos internos das multinacionais, a partir de 1980 a palavra passou a se referir a integração global dos fluxos capitais entre as nações capazes de reestruturar mercados e políticas macroeconômicas empreendidas pelos governos (CHESNAIS, 1996; BARBOSA, 2021).

Em termos gerais, a globalização caracteriza-se pela expansão dos fluxos de informações – que atingem todos os países atingindo empresas, indivíduos e, até movimentos sociais –, pela aceleração das transações econômicas – mercadorias, capitais e transações financeiras –, e pela difusão de valores políticos e morais numa dimensão global. No entanto, a globalização não alcança todos os países de igual modo, dadas as divergências que são mantidas, e até agudizadas, entre países industrializados e desindustrializados, nações tecnologicamente avançadas e atrasadas, países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Portanto, a globalização não significa homogeneidade das condições econômicas e nem convergência das estruturas produtivas e produtividade (CHESNAIS, 1996; BARBOSA, 2021).

A globalização econômica não ocorre sozinha, mas é acompanhada pela globalização política que é por aquela condicionada. Desse modo, a globalização política diz respeito à adoção de planos de governo e políticas macroeconômicas capazes de se harmonizar diante dos posicionamentos ideológicos adotados pelos



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16ª Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

governos. Para tanto, a organização de instituições multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) promovem essa articulação dessa harmonização da política econômica e partir do seu comando pelos países desenvolvidos sobre os subdesenvolvidos e em desenvolvimento (CHESNAIS, 1996; BARBOSA, 2021).

Socialmente, o fenômeno da globalização se verifica a partir da indústria de caráter global propagada pelos meios de comunicação de alcance internacional que promovem uma alta cultura global mediante a divulgação de trabalhos artísticos que passam a transcender as suas fronteiras nacionais. Entretanto, apesar dessa integração mundial da cultura, da política e da economia, a globalização demarca com clareza as fronteiras entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos (CHESNAIS, 1996; BARBOSA, 2021).

Assim, o processo de globalização traz em si uma hierarquia entre países globalizadores no pico da pirâmide que tem como base os países globalizados. Os países globalizadores se caracterizam pela alta capacidade de assimilação de tecnologia, multinacionais avançadas, dispõem de maiores vantagens comerciais em relação às demais economias e de maior autonomia para a realização de políticas econômicas. Compuseram esse bloco de países os EUA, os países da Europa Ocidental e o Japão pelo menos até o início dos anos 2000. Já os países globalizados se caracterizam pela sua vulnerabilidade e exposição aos impactos negativos da globalização, pela importação de produtos industrializados e exportação de produtos primários, pelo estímulo à instalação de multinacionais em seus territórios, por serem reféns de invasões de capital de curto prazo tornando as suas moedas alvo de ataques especulativos. Compõe esse grupo de países os latino-americanos, africanos e asiáticos que não fazem parte dos novos países industrializados (Taiwan, Hong Kong, Cingapura e Coreia do Sul) (CHESNAIS, 1996; BARBOSA, 2021).

Apesar de ser um fenômeno que se impulsiona a partir dos anos 1980, a integração econômica entre as diversas áreas do mundo remonta à constituição da economia-mundo no século XVI. Desse modo, o descobrimento da América e a chegada dos portugueses no Oriente urdindo relações de troca entre ouro e especiarias



tendo o seu contato mediado por caravelas, bússolas e astrolábios, constituiu o primeiro passo em direção à uma integração econômica comandada pelos países descobridores e colonizadores onde as colônias se “globalizaram” por intermédio das exportações dos seus produtos primários. Já no século XVI, os benefícios dos fluxos comerciais estavam a serviços das metrópoles colonizadoras cuja expansão dos lucros estava associada ao avanço colonizador e a abertura de novas rotas comerciais. Tal capitalismo comercial tinha na redução das demandas a sua fraqueza. Como a renda gerada por esse sistema estava amplamente concentrada impedindo a expansão do mercado consumidor, o que suscitou crises derivadas de fechamento de rotas e queda de preços. Assim, uma nova etapa de internacionalização foi promovida pela Revolução Industrial, que promoveu o aumento da produtividade, a redução dos custos das mercadorias e a ampliação do poder de consumo necessário para que o mundo passasse por uma nova expansão dos mercados (BARBOSA, 2021).

No século XVIII, a Revolução Industrial Inglesa ao promover, pelo advento da máquina a vapor e a sua introdução na produção têxtil e na mineração de carvão, a redução dos preços das suas mercadorias conseguiu avançar em uma nova etapa o processo de internacionalização das economias que também foi marcado pela conquista de novas colônias – a Índia, no caso da Inglaterra – e pela manutenção de semicolônias – Brasil e Argentina – enquanto mercados consumidores. Criando novos mercados, a processo de industrialização liderado pela Inglaterra também se espalhou por outros países a partir da segunda metade do século XIX – França, Alemanha, Japão, Estados Unidos – que potencializaram a produção de novas mercadorias diante do esgotamento da expansão da indústria têxtil e do avanço da ferrovia e do telégrafo que enlaçavam o globo (BARBOSA, 2021).

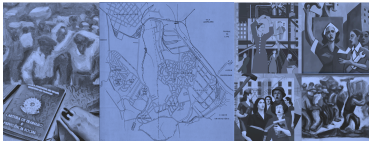
Sobre o impacto da Revolução Industrial, entre 1850 a 1880 a quilometragem instalada de linhas férreas passa de 38 mil para 367 mil no mundo inteiro; em 1860 o telégrafo já havia sido instalado em todos os países da Europa, nos Estados Unidos, na Índia, na China, na América Latina e em alguns países da África; e a partir de 1865 os cabos submarinos passaram a ser instalados nos oceanos, permitindo a transmissão de mensagens da Europa à Índia em menos que 5 minutos. O período também foi marcado



pelos processos migratórios da Europa para a América, África e Oceania, mudando a constituição étnica das nações, e pela emergência das grandes marcas globais como a Coca-Cola e a Singer (CHESNAIS, 1996; BARBOSA, 2021).

Se até o final do século XIX e o início do século XX os fluxos comerciais entre as diversas áreas do mundo estavam em patente avanço, o período Entreguerras (1914 – 1945) obstruiu esse processo dada a restrição dos fluxos de comércio e capital em meio à animosidade das nações, delimitando rigidamente as fronteiras geográficas. Nesse período, também se registra a perda de espaço de atuação do capitalismo representado pela emergência do socialismo da Rússia e a quebra da Bolsa de Nova York em 1929, levando à retração da demanda nos países centrais e no declínio dos países periféricos que dependiam dessa demanda para o escoamento das suas mercadorias e ao desmantelamento do sistema monetário internacional ancorado no padrão-ouro. Nesse período, tanto os países centrais quanto os periféricos passaram a fundamentar o seu crescimento com base no aprofundamento dos seus mercados internos via aplicação dos investimentos *in loco* auxiliados por forte intervenção do Estado. À época, entre 1913 e 1948, o comércio exterior manteve-se estável, ao passo que ele havia dobrado entre 1890 e 1913, vindo a se recuperar com saldos no pós-Guerra (1948 – 1971) (BARBOSA, 2021).

No pós-guerra, diferentemente dos períodos anteriores, a integração das economias contou com a expansão da produção e do consumo de massa que também estavam presentes nos países periféricos; com a constituição do Estado de Bem-Estar Social, financiando despesas sociais e colaborando com a expansão do capital privado via empréstimos à baixas taxas de juros. Os países da periferia também passaram por um processo de industrialização acelerada também financiada por seus governos, ainda que com capitais fixos e processos obsoletos exportados pelos países centrais. A disputa entre os capitais também estava sendo travada nos mercados internos e não somente nos externos, processo que se iniciou com a entrada das empresas multinacionais norte-americanas na Europa, caracterizando uma nova fase de internacionalização mediante do avanço das multinacionais sobre o globo, muito embora ainda houvessem barreiras como socialismo no leste europeu e a nova instabilidade do sistema monetário



a partir da desvinculação do dólar ao ouro outorgada em 1921 pelo então presidente dos EUA, Richard Nixon, o que pareceu lançar a internacionalização econômica num novo período de refluxo (CHESNAIS, 1996; BARBOSA, 2021).

A partir dos anos 1980 uma nova onda de internacionalização dos mercados se verifica, e dessa vez caracterizada pela dimensão global do alcance do capitalismo que, desde 1989 com a queda do Muro de Berlin e a partir de 1991 com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), não enfrentava mais um sistema opositor como o socialismo. Desse modo, a agora chamada globalização passa alcançar também os ex-membros do bloco socialista, abrindo uma nova fronteira para a acumulação do capital, bem como amplia as possibilidades de investimento via privatizações e abertura dos demais países periféricos. Essa nova fase de internacionalização também se distingue pela expansão e desregulamentação dos mercados financeiros, criando uma interligação entre os mercados de moedas, os de títulos de dívida pública e de ações. O neoliberalismo acompanhado de suas políticas de privatização e de abertura – inauguradas por Reagan nos EUA e por Thatcher no Reino Unido – configura-se como a ideologia dominante da globalização. Por fim, essa nova etapa da internacionalização também se distingue pelos avanços das inovações que precipitaram a Terceira Revolução Industrial como a microeletrônica, a informática e a biotecnologia que foram aproveitadas em aperfeiçoamentos de transmissão de informações e desenvolvimento de produtos pelas multinacionais; e pelas dimensões ideológicas, políticas, financeiras e produtivas da globalização (CHESNAIS, 1996; BARBOSA, 2021).

Destarte, a globalização emerge como uma ampliação do espaço de conexão entre os fluxos financeiros, comerciais, de investimento e informacionais que não se caracteriza apenas como uma internacionalização de mercados, mas como uma transformação em várias frentes. Apontando alguns aspectos da globalização enquanto uma mundialização do capital, Chesnais (1996) elenca a) a suplantação do comércio exterior pelo investimento externo direto (IED) como vetor principal da internacionalização; b) a concentração do IED nos países desenvolvidos (EUA, Europa Ocidental e Japão); c) a dominância do comércio exterior pelo intercâmbio entre as grandes empresas multinacionais; d) a integração das empresas via IED; e)



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16ª Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

reestruturação toyotista e blocos supranacionais; f) reorganização de grupos industriais como “empresas-rede”; g) aumento do grau de interpenetração dos capitais de diferentes nacionalidades; h) surgimento de oligopólios em grande número de indústrias; i) ascensão de capitais concentrados na forma monetária que favoreceu a globalização financeira; j) marginalização e exclusão dos países subdesenvolvidos; e k) recuo dos IED’s e da transferência de tecnologia para os países em desenvolvimento. Desse modo, Chesnais (1996) posiciona a mundialização como um fenômeno motivado por razões econômicas, tendo como locomotiva a internacionalização dos capitais monopolistas multinacionais via IED’s e desregulamentação financeira.



AS ESFERAS DA GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA

A partir de 1980 e, mais enfaticamente, a partir de 1990, a economia entra em um novo patamar de internacionalização. No entanto, ainda não é possível afirmar que haja, nos dias atuais, uma economia inteiramente global, pois continuam existindo barreiras significativas em alguns setores da economia. Alguns exemplos, dizem respeito à tarifa de importação do açúcar brasileiro de 236% e 45% para o suco de laranja que os EUA adotam no intuito de proteger a produção da Flórida. Ao mesmo tempo, a Europa subsidia seus produtores agrícolas e impede a entrada de carne com hormônios dos EUA; e o Japão limita os seus mercados para bancos internacionais. Assim, a crescente globalização do capital se depara com distintas regulamentações nas diversas regiões do globo. Ademais, parte significativa das multinacionais mantém a maior parte da tecnologia em seus países de origem, ao passo que a tecnologia tende a se concentrar nos países desenvolvidos. Muito embora haja diversas regulamentações – já sendo desfeitas – quanto à entrada de capitais e de mercadorias, a dimensão transnacional e internacional tem assumido maior espaço que a dimensão nacional, embora essa última ainda seja importante. Apesar disso, a globalização enquanto mundialização do capital já é um fenômeno patente que para ser entendido é necessária a dissecação das suas distintas esferas: comercial, produtiva, financeira e tecnológica (CHESNAIS, 1996; BARBOSA, 2021).

Globalização Comercial

A esfera da globalização comercial diz respeito à internacionalização do capital via fluxos comerciais internacionais de mercadorias mediante a abertura dos mercados externos e o avanço em sua direção diante do esgotamento da capacidade de absorção dos mercados internos dos países desenvolvidos. Nesse sentido, uma medida significativa da globalização comercial é a participação das exportações mundiais em relação ao PIB mundial. Segundo o Banco Mundial, por exemplo, a participação das exportações globais em relação ao PIB mundial variou de 12,5% para 25% entre 1980 e 2000. Outra medida assertiva é o coeficiente de abertura que pode ser calculado por intermédio da participação do comércio exterior (importação + exportação) no total



produzido em cada país, apontando que quando o volume de comércio externo cresce mais rapidamente que o produto nacional as economias estão se abrindo e o mercado interno perdendo capacidade de absorção da produção. Evidentemente, essas medidas variam entre países de grande extensão territorial e alta densidade demográfica – Estados Unidos, China, Brasil e Japão, onde o coeficiente de abertura era de 20% em 1998 –; e aqueles cujo mercado interno é de importância marginal – Chile, Coreia, México, com coeficiente de abertura de 50% em 1998 (CHESNAIS, 1996; BARBOSA, 2021).

O fato é que a partir de 1970 os coeficientes de abertura se elevaram em quase todos os países, refletindo a maior participação das exportações no produto mundial e o mercado externo como destino de maior parte das produções nacionais. O outro aspecto dessa abertura comercial é a substituição da produção local pelas exportações, que, embora universalize os padrões de consumo e as novas tecnologias, pode trazer consigo o acirramento do desemprego e o arrefecimento de regiões produtoras de produtos específicos (CHESNAIS, 1996; BARBOSA, 2021).

Embora o crescimento econômico internacional tenha sido ditado pelo avanço dos mercados internos entre 1945 e 1970, desde o pós-guerra os países centrais – na tentativa de compensar a queda de suas demandas internas – passaram ampliar a suas exportações, fazendo com que o mercado externo substituísse paulatinamente seus mercados internos – o que não o impediam de proteger os seus setores ainda não competitivos. Entretanto, o mercado interno não perdeu relevância, dada o seu significado para a atração de empresas multinacionais que poderiam, futuramente, exportar a sua produção. Alguns outros países – como os Tigres Asiáticos formados por Hong Kong, Taiwan, Coreia do Sul e Cingapura – conseguiram ampliar a sua participação no mercado externo ao mesmo tempo em que ampliavam o seu mercado interno mediante a abertura de empresas fornecedoras de peças e equipamentos para empresa exportadoras (CHESNAIS, 1996; BARBOSA, 2021).

Nesse processo de abertura, algumas instituições foram centrais para a promoção como o Tratado Geral para Tarifas e Comércio (GATT) fundado em 1947, o Fundo Monetário Internacional (FMI) criado e o Banco Mundial, ambos criados em 1944, que,



comandado pelos países centrais, promovem a abertura dos países subdesenvolvidos mediante a redução de suas barreiras comerciais – que protegem os seus setores mais sensíveis – com o objetivo de ampliar os esgotados mercados dos países desenvolvidos que continuam a proteger os seus setores menos competitivos e promovendo em escala global os setores de maior competitividade internacional. Desse modo, a globalização comercial afeta de maneira diferenciada os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos, sendo os primeiros fornecedores de produtos de ponta e os segundos os seus consumidores que não conseguem nem sequer ampliar as suas exportações na magnitude necessária – registrando déficits nas suas balanças comerciais. A exceção desse movimento são os Tigres Asiáticos que, até 1980 sendo considerados subdesenvolvidos, tornaram-se exportadores de produtos tecnologicamente avançados, aproveitando-se da abertura dos mercados internacionais em benefício próprio (CHESNAIS, 1996; BARBOSA, 2021).

Com exceção dos Tigres Asiáticos, a globalização comercial não realizou grandes modificações na divisão internacional do trabalho. Nesse sentido, os países da chamada Tríade (EUA, Europa Ocidental e Japão) continuaram se reafirmando como exportadores de produtos industrializados sofisticados enquanto os países da América Latina e boa parte do continente asiático mantiveram a sua posição de exportar produtos primários ou produtos industriais da “velha economia”: aço, papel, produtos químicos básicos. Portanto, se há uma nova divisão internacional do trabalho mediante a exportação de produção de peças via instalação de multinacionais nos países subdesenvolvidos, a antiga divisão internacional do trabalho também foi aprofundada, pois as etapas mais nobres da produção continuam se localizando nos países desenvolvidos. Quanto a participação das grandes áreas na divisão internacional do trabalho diante da globalização, a África elucida os limites dessa internacionalização que não absorve países sem especialidades industriais e com altos níveis de endividamento externo, como é o caso de muitos dos seus países. A América Latina comporta desde países exportadores de produtos tradicionais – Bolívia, Colômbia, Venezuela – a países conseguiram algum grau de industrializam via intervenção estatal – Brasil e México –, sem contar aqueles que se desindustrializam no meio do caminho, como é o caso da Argentina. Em suma, a globalização comercial não tem caminhado em



direção à unificação, mas à polarização entre regiões ricas e pobres que podem ser encontradas tanto nos países desenvolvidos quanto nos subdesenvolvidos – fenômeno que também se caracteriza pelo avanço da concentração de renda nos países ricos em detrimento dos países pobres (CHESNAIS, 1996; BARBOSA, 2021).

No que tange à globalização comercial, outro aspecto que não pode ser negligenciado é a formação dos blocos econômicos supranacionais que se acentua a partir dos anos 1980. Longe de serem obstáculos à globalização, os blocos econômicos permitem a articulação de políticas econômicas voltadas para a sua internacionalização primeiro entre os seus países membros e, em seguida, mediante estratégias de atração das multinacionais, estimulando assim a globalização produtiva. Ademais, se o comércio intrabloco – entre os países membros - experimentou significativo crescimento nos anos 1990, também é verdade que o crescimento extrabloco também cresceu mediante a liberalização comercial entre eles (CHESNAIS, 1996; BARBOSA, 2021).

Atualmente, os blocos econômicos supranacionais podem se configurar a partir de 4 modalidades, sendo elas: a) áreas de livre comércio, caracterizada pela ausência de barreiras tarifárias e não tarifárias entre os países membros; b) união aduaneira (ou alfandegária), se caracteriza como um passo adiante em relação à área de livre comércio, pois estabelece tarifas comuns para os produtos importados de países não-membros; c) o mercado comum, como um passo além da união aduaneira permite a livre circulação de trabalhadores, serviços e capitais implicando maior coordenação das políticas macroeconômicas dos países membros e harmonização das legislações nacionais; e d) a união econômica, que como passo além do mercado comum, prevê uma moeda e um Banco Central únicos para os países membros que, para se efetivar, exige dos seus membros níveis compatíveis de inflação, déficit público, taxa de juros e taxas de câmbio fixas (CHESNAIS, 1996; BARBOSA, 2021).

Como blocos econômicos supranacionais (ou regionais) tem-se a União Europeia que em 1999 ascendeu ao status de União Econômica; a Área de Livre-Comércio da América do Norte (NAFTA) formada por EUA, Canadá e México constituída em 1994; a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN)



posicionada com área de livre comércio desde 2008; e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) que se constituiu como área de livre comércio em 2006 (CHESNAIS, 1996; BARBOSA, 2021).

Por trás da lógica da formação dos blocos econômicos supranacionais, está a criação de um mercado regional que procura estabelecer melhores condições de ingresso na globalização para os seus países membros e de assegurar a eles acesso recíproco a outros mercados. Portanto, falar de blocos econômicos regionais é se referir à globalização comercial (CHESNAIS, 1996; BARBOSA, 2021).

Para Chesnais (1996), a mundialização do capital via globalização comercial é liderada pelas trocas entre as multinacionais e se caracteriza por a) tendência à formação de zonas mais densas de comércio em torno dos EUA, Europa Ocidental e Japão (a Tríade); b) tendência à polarização do intercâmbio em nível mundial mediante a marginalização de todos os países que não compõem a Tríade; c) comércio mundial modelado pelo IED: comércio intracorporativo e exportação para as filiais; d) anulação da distinção entre o doméstico e o estrangeiro mediante a crescente concorrência entre multinacionais nos mercados internos; e e) a substituição do paradigma das vantagens comparativas – com ganhos comerciais para todos os envolvidos – pelo da competição internacional, onde a competitividade de cada país designa ganhadores e perdedores. Tais aspectos fazem da globalização comercial um instrumento de concentração de capital nos países desenvolvidos e de marginalização dos países que se encontram na base da pirâmide da divisão internacional do trabalho (CHESNAIS, 1996; BARBOSA, 2021).

Globalização Produtiva

Paralela à globalização comercial, a globalização produtiva diz respeito à internacionalização da produção das empresas multinacionais em escala mundial mediante o Investimento Externo Direto (IED) – investimento das empresas fora do seu país de origem. As multinacionais são empresas que personificam o capital monopolista dos países desenvolvidos na forma de empreendimentos que possuem as suas matrizes



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16a Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023

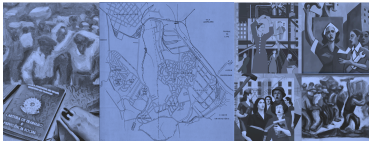


ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

nos países desenvolvidos e filiais no resto do mundo. Essas empresas como a sua internacionalização são resultados da elevada concentração de capital proporcionada pelos aumentos de produtividade resultantes das inovações que precipitaram a Terceira Revolução Industrial – o binômio informática/robótica. Impossível de ser absorvida internamente com alta rentabilidade, a massa de capital gerada por tão alta produtividade encontra como saída o seu escoamento para os demais países por intermédio de instalações nos países que promovem industrialização avançada – com foi o caso dos países latino-americanos – e também nos países que formam a Tríade. Desse modo, as multinacionais são as principais promotoras e beneficiárias da globalização produtiva e também comercial (CHESNAIS, 1996; BARBOSA, 2021).

Outro aspecto sobre a internacionalização da produção promovida pelas multinacionais é a capacidade que elas têm de estratificar a produção de uma mercadoria final em vários lugares do globo de acordo com as vantagens que cada área oferece, seja em termos fiscais ou produtivos – fontes de matérias-primas, abundância de mão de obra barata, etc. –, sendo essa característica que diferencia a empresa multinacional dos outros empreendimentos. Os lucros dessas empresas geralmente são remetidos para os seus países de origem, mas ao se internacionalizarem trazem consigo inovações tecnológicas, emprego e renda. No entanto, boa parte da internacionalização das multinacionais se faz mediante a aquisição de outras empresas nacionais que passam a servir de montadoras de parte de seus produtos finais e importadoras de insumos das suas matrizes. Pelas suas vantagens, a instalação de multinacionais vem a ser disputada por países, estados e municípios por intermédio de incentivos fiscais dada a sua capacidade de reativar e transformar as suas economias. Atuando em vários setores, pode-se citar como multinacionais empresas como a alemã Volkswagen (automóveis), a norte-americana General Motors (automóveis), a japonesa Sony (eletroeletrônicos) e a alemã Siemens (tecnologia) (CHESNAIS, 1996; BARBOSA, 2021).

Desenvolvendo-se inicialmente como empresas nacionais, as multinacionais iniciam o seu processo de internacionalização a partir de 1950 primeiramente com empresas norte-americanas e, a partir de 1960, com a internacionalização de empresas



da Europa Ocidental e japonesas com a maior parte dos seus investimentos direcionada para o mercado latino-americano. Dentre elas, podem se distinguir a) as que se dirigem para os países em desenvolvimento em busca de recursos naturais, minerais e energéticos (a norte-americana Cargil, a espanhola Repsol); b) aquelas cujo objetivo principal é fornecer produtos para os mercados internos dos países onde fabricam as suas mercadorias (a francesa Danone no Brasil, por exemplo); e c) aquelas que distribuem filiais montadoras de seu produto final mediante uma estratégia de produção global (o caso da Pirelli italiana no Brasil, na Alemanha, no Egito e na Turquia que disputam pra decidir quem será o exportador mundial de pneus de caminhão). Algumas empresas multinacionais, como a suíça Nestlé, possui a quase totalidade de suas vendas e da sua mão de obra ocupada no exterior. Ademais, outra característica das multinacionais diz respeito ao seu grau de integração mediante a sua atuação em áreas distintas da sua especialidade, o que reforça o caráter oligopolista da globalização produtiva. Há também as multinacionais que se especializam no desenvolvimento de novas tecnologias e na prestação de serviços para empresas menores, promovendo, portanto, a globalização tecnológica (CHESNAIS, 1996; BARBOSA, 2021).

Enquanto instrumento de internacionalização das multinacionais, o IED pode ser caracterizado de duas formas. A primeira diz respeito a compra de mais de 10% das ações de uma empresa por outra estrangeira. A segunda forma, implica a instalação de unidades produtivas de uma empresa multinacional em outras áreas que não sejam o seu país de origem. Quanto ao seu dinamismo, desde os anos 1980 que o crescimento do IED tem superado o avanço da produção e do comércio mundiais. Nos anos 1990, por exemplo, o IED cresceu a taxas de 25% ao ano contra 6,4% do comércio mundial e 2,4% da produção mundial. Desse modo, parcela crescente da produção e do comércio mundiais passam a ser controlados pelos investimentos das multinacionais fora de seu país de origem. Outra característica da globalização produtiva diz respeito à sua concentração nos países que formam a Tríade (EUA, Europa Ocidental e Japão) que nos anos 1990 realizaram 92% dos IED's e receberam 72%, o que faz dessa esfera da globalização um fenômeno que exclui os países desenvolvidos – principalmente africanos. Ademais, cabe salientar que as maiores empresas multinacionais são dos



EUA (Coca-Cola, Microsoft, McDonald's), que fazem da sua internacionalização um reforço do poderio norte-americano (CHESNAIS, 1996; BARBOSA, 2021).

À expansão das multinacionais sobre o globo combina-se a crescente centralização de capitais – aquisição de empresas menores por empresas maiores – protagonizada por essas mesmas empresas. Potencializando o seu caráter monopolista, empresas multinacionais de mesmo ramo fundem-se e transformam potências produtivas, como foi o caso da fusão entre a alemã Mercedes-Benz e a americana Chrysler formando a DaimlerChrysler que adquiriu, em seguida, 34% das ações da japonesa Mitsubishi Motor Cars. As principais razões para a fusão dessas empresas – para além da potencialização da realização de lucro – são: a) a facilidade de entrada de uma empresa multinacional em país mediante a aquisição de uma grande empresa nacional; e b) as vantagens oferecidas pelos financiamentos, já que fusões e aquisições são sempre intermediadas por instituições financeiras e consultorias que querem lucrar com os novos empreendimentos – promovendo, a partir daí, a globalização financeira (CHESNAIS, 1996; BARBOSA, 2021).

A aquisição e fusão de multinacionais, ao constituírem verdadeiros oligopólios internacionais e controlarem setores inteiros da produção mundial – caso da produção de chips pelas americanas Intel e AMD –, levantam o desafio e a incapacidade dessas empresas serem controladas por mecanismos antitruste nacionais. Nesse sentido, os blocos econômicos supranacionais – por adotarem políticas comuns entre os seus países membros – conseguem exercer relativo controle sobre certas fusões de multinacionais – caso da Comissão Europeia que vetou a fusão das produtoras de caminhões Volvo e da Scania. Desse modo, na ausência de instituições globais capazes de avaliar os custos e benefícios dos oligopólios, a produção de mercadorias atinge um caráter cada vez mais monopolizado e impõe a subsunção das nações pelo capital.

Globalização Financeira

Sendo o campo mais avançado da mundialização do capital, a globalização financeira se refere ao processo de desregulamentação dos mercados financeiros



globais, tendo como síntese a derrubada, em 1971, do sistema monetário internacional estabelecido na conferência de Bretton Woods em 1944. A morte desse sistema, levou ao desaparecimento de qualquer ancoragem internacional das moedas – antes ancoradas no dólar que, por sua vez, estava ancorada no ouro, padrão-ouro-dólar – e à transformação do mercado de câmbio num espaço onde moedas e ativos financeiros estão imbricados. Destruído o acordo de Bretton Woods, que atribuía ao dólar um papel central ao lado do ouro – dada a maior reserva de ouro se concentrar nos EUA –; preconizava a taxa de câmbio de fixa e em dólar para as demais moedas; e a fundamentação de um sistema financeiro e monetário internacional que comportasse a existência de Estados nacionais dotados de instrumentos capazes de controlar a criação do crédito e assegurar a relativa subordinação das instituições e do capital portador de juros às necessidades do investimento industrial, a financeirização da economia-mundo cresce a passos largos tendo como principal sintoma deletério o estouro da crise da dívida dos países do Terceiro Mundo, dívida originária dos mercados de dólares depositados em bancos europeus – eurodólares e petrodólares – que, desregulamentados sistemas financeiros daqueles países, conseguiram fácil penetração e ampla acumulação de capital via dívida pública (CHESNAIS, 1996; BARBOSA, 2021).

A partir dos anos 1980, o processo de globalização financeira amplia-se com a entrada de novas instituições financeiras de alcance global, como os fundos de pensão – mercados de previdência privada e seguros – e os fundos de investimentos – conjunto de recursos captados com o objetivo de mobilizar ganhos financeiros a partir de aplicações em títulos e valores imobiliários –, ambos com imensa capacidade de criação moeda de crédito e de especulação. Outro aspecto dessa esfera da globalização, são os lucros financeiros superiores aos lucros da produção e da circulação de mercadorias, já que esses possuem maior prazo de maturação e dependem da aceitação do consumidor – confirmação do caráter social da mercadoria. Sendo uma aplicação mais vantajosa e de rápida circulação, o sistema financeiro acaba retirando rendas de todas as fontes, direcionando-as para as suas aplicações. Desse modo, a globalização financeira se destaca das demais, primeiro por se iniciar de forma repentina nos anos 1970 enquanto as outras formas já estavam em andamento; e segundo, pela sua capacidade de rompimento das rígidas regulamentações dos Estados nacionais e de conquista de



espaço das demais esferas, passando a subordiná-las (CHESNAIS, 1996; BARBOSA, 2021).

Entre as novidades promovidas pela globalização financeira estão a prescindibilidade dos bancos para a realização de aplicações financeiras, pois os fundos de pensão e de investimento se tornaram capazes de drenar rendas de famílias e lucros de empresas para as suas aplicações em aposentadoria ou em valorização patrimônio via aplicação de ações, respectivamente. Os contratos de compra e venda futuras de ativos, moedas e ações a preços determinados – os derivativos – aparecem como novos instrumentos financeiros. Há também a possibilidade de se apostar contra a valorização e desvalorização de moedas, definindo-se uma data fixa para a realização da transação, o que faz da economia um grande cassino global onde o objetivo de cada jogador é multiplicar seu capital sem ter que passar pelas mercadorias, e onde os seus crupiês são os economistas responsáveis por Bancos Centrais e Ministérios da Economia. Na onda da financeirização, até mesmo as empresas se empenham mais em valorizar suas ações – mediante demissão de trabalhadores e fraudes contábeis – do que aplicar seu capital na produção de mercadorias. Os Estados nacionais também embarcam nessa globalização a partir de captação de recursos mediante elevação das taxas de juros dos títulos da dívida – securitização –, sendo que para fazer frente a esse débito há-se a necessidade de redução de gastos sociais e destino de parte do orçamento para o pagamento de juros (CHESNAIS, 1996; BARBOSA, 2021).

Um aspecto também relevante na globalização financeira, se refere a integração internacional dos seus mercados a partir dos anos 1980 mediante as inovações da Terceira Revolução Industrial, principalmente as que correspondem aos meios de comunicação e à informática. Desde então, ampliaram-se as possibilidades de gerenciamento de informações sobre indicadores econômicos nos quatro cantos do mundo, o que acelerou os fluxos financeiros internacionais que, atualmente, se colocam a frente dos IED's, reafirmando o controle da esfera financeira sobre a produção de mercadorias. Importante ressaltar que a internacionalização financeira é também internacionalização das aplicações, permitindo a fundos de pensão e de investimentos aplicações fora de seus países de origem e, a Estados nacionais, a venda de títulos da



dívida para o mercado estrangeiro – que nos anos 1980 suscitou o estouro da dívida dos países do Terceiro Mundo, onde o caso grande significado foi moratória declarada do México em 1982 (CHESNAIS, 1996; BARBOSA, 2021).

Com a globalização das finanças o dinheiro também se globaliza, criando novos meios de pagamento em substituição da mediação realizada pelas respectivas moedas nacionais mediante, principalmente, os cartões de crédito. Entretanto, parte significativa das trocas internacionais encontram-se ancoradas no dólar e fazem da moeda americana a principal divisa internacional, o que implica a continuidade da hegemonia americana nas esferas da globalização econômica (CHESNAIS, 1996; BARBOSA, 2021).

Muito embora tenha realizado concentração e difusão de recursos via empréstimos a países, a globalização financeira foi responsável pelas crises que atingiram, principalmente, os países em desenvolvimento que, ao todo, receberam 80% dos IED's e 90% das aplicações financeiras durante os anos 1990. Fazem parte desse grupo países latino-americanos (México, Brasil), países do Leste Europeu (Hungria, Polônia) e países asiáticos (Coréia do Sul, Taiwan). Durante os anos 1980 e 1990, esses países estavam muito expostos a empréstimos de curto prazo oriundos dos países desenvolvidos. Dessa forma, a valorização de suas moedas se sustentava mediante a cobertura de déficits externos via empréstimos e aplicações estrangeiras, bastando apenas uma única notícia de desvalorização de ações para que esses capitais entrassem em retirada largando o país na moratória. É grande a lista de crises nos anos 1990 (México, 1992; Sudeste Asiático, 1997; Rússia, 1999; Argentina, 2000) que, para o cumprimento de suas obrigações necessitaram de empréstimos do FMI que, impondo aos países devedores duras condições – privatização, redução do gasto social, superávit primário – legou a esses países desemprego e miséria (CHESNAIS, 1996; BARBOSA, 2021).

A ampliação da globalização financeira e de suas crises – cuja mais recente data de 2008 tendo como epicentro os EUA – chama atenção para o desafio da regulamentação financeira em nível global. Entretanto, até o momento, não se verificam sinais nessa direção, há não ser nos blocos econômicos supranacionais mediante a sua



autonomia sobre os países membros, o que leva à economia mundial o avanço da financeirização e a sua instabilidade (CHESNAIS, 1996; BARBOSA, 2021).

Globalização Tecnológica

A globalização tecnológica, enquanto última esfera da globalização econômica, diz respeito à difusão das inovações tecnológicas mediante os IED's que, por sua vez, são comandados pelas multinacionais em torno do globo. Apesar de contemplar todas as áreas econômicas da economia-mundo, a globalização tecnológica tende a acompanhar a concentração dos IED's na Triade, fazendo dessa esfera um fenômeno excludente que amplia a relação de dependência, agora tecnológica, entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos (CHESNAIS, 1996; BARBOSA, 2021).

O ponto de partida da globalização tecnológica foram as novas invenções que precipitaram a Terceira Revolução Industrial. A partir de 1970, invenções como telefonia celular e internet abstraíram as distâncias geográficas enquanto a biotecnologia abriu espaço para a cura de inúmeras doenças. Além disso, tais inovações técnicas promoveram ganhos de produtividade junto aos demais setores da economia, posicionando, portanto, a produção capitalista em novas bases tecnológicas. Ao serem invenções tecnológicas que se projetam para a produção em escala com custos decrescentes, essa produção técnica passa a ser composta pelos elementos de invenção, inovação e difusão. Como exemplos desse avanço tecnológicos, destacam-se a produção de computadores e de microprocessadores ampliaram a sua capacidade de armazenamento e redução de preços ainda nos anos 1990. No campo das telecomunicações, a introdução de satélites e cabos de fibra óptica reduziram os preços das ligações que foi acompanhada pela expansão das linhas de telefone fixo e de celulares. No que tange a biotecnologia, os avanços também foram significativos, na medida em que foi possível, já nos anos 1990, o mapeamento de mais de 30 mil genes do corpo humano, ampliando o papel da medicina em identificar e corrigir sequências genéticas causadoras de doenças (CHESNAIS, 1996; BARBOSA, 2021).



No que tange às inovações supracitadas que emergiram a partir de 1950, cabe salientar a significativa intervenção do Estado tanto nos seus financiamentos quanto nas suas invenções no interior dos próprios aparelhos estatais, principalmente militares. Foi no Departamento de Defesa dos EUA, por exemplo, que nasceu a Arpanet – que viria a se tornar internet – enquanto um sistema de comunicação em rede entre as várias partes do país no caso de um ataque soviético. O Vale do Silício nos Estados Unidos também não teria se tornado a linha de frente da microeletrônica sem o apoio do Departamento de Defesa e da Universidade de Stanford. A revolução tecnológica do Japão, por sua vez, não se explica sem a massiva intervenção do seu Ministério do Comércio e da Indústria (MITI). A empresa americana de telecomunicações AT&T era obrigada a transformar as suas descobertas e inovações em domínio público. O próprio Genoma Humano é um projeto realizado via articulação de instituições públicas mantidas por vários Estados nacionais. Sendo assim, a perspectiva de que a iniciativa privada personificada em figuras como Bill Gates e Steve Jobs é a grande responsável pelas tecnologias disruptivas não passa mitos quando se considera o aparato institucional com capacidade de financiamento por trás dos saltos tecnológicos a ela creditado (CHESNAIS, 1996; BARBOSA, 2021).

No que tange ao caráter revolucionários dessas novas tecnologias, cinco aspectos se destacam, sendo eles a) são inovações que tratam de tecnologias que agem sobre a informação e não sobre novas fontes de energia como foi o vapor e a eletricidade. Portanto, são inovações que têm na informação a sua força motriz; b) são tecnologias de alta penetrabilidade, dado o caráter estratégico da informação; c) têm a capacidade de unir esferas antes isoladas, afetando a dinâmica das empresas, culturas e movimentos sociais que se espalham pelo globo; d) a sua adaptabilidade e flexibilidade passam a funcionar como objetivos estratégicos dado o caráter fluido da informação; e e) a constituição, por parte dessas tecnologias, de um sistema integrado onde cada inovação se aproveita dos avanços das outras (CHESNAIS, 1996; CASTELLS, 1999; BARBOSA, 2021).

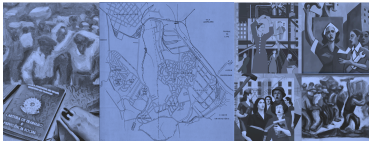
Pelos seus fatores capazes de ampliar a integração e o comando de atividades mediante o controle e conhecimento das informações, a esfera tecnológica pode ser



considerada a dinamizadora da globalização. Pelo intermédio da tecnologia da informação é possível realizar a transferência eletrônica da riqueza – caso do PIX no Brasil –, modificar perfil de consumo por intermédio do marketing e realizar fluxos comerciais pela internet, inovações que afetam as economias nacionais em várias frentes (CHESNAIS, 1996; BARBOSA, 2021).

Embora altere a dinâmica social da maior parte das áreas globo, a globalização tecnológica é um fenômeno que se restringe, principalmente, aos países desenvolvidos que constituem a Tríade. Desse modo, ao atrair a maior quantidade dos IED's – transporte por excelência das inovações – são as multinacionais dos EUA, da Europa Ocidental e do Japão quem concentram e comandam a tecnologia da informação. Assim como a produção, e consumo do produto dessas inovações tende a ser consumido pelas populações dos países desenvolvidos, resultando no que se conhece como exclusão digital, fenômeno caracterizado pela enorme concentração na distribuição do acesso às tecnologias da informação. Dessa forma, a globalização, ao mesmo tempo que impulsiona a integração global, exclui regiões que não possuem a mínima infraestrutura para os serviços de informática e telecomunicações – fundamentais para a aquisição de competitividade internacional. As próprias multinacionais do setor de tecnologia levantam inúmeros critérios para a sua instalação fora de seus países de origem como, acesso à mão de obra qualificada, proximidade de instituições de pesquisa de primeira linha, acesso à empréstimos e a capitais de risco, etc. – o que marginaliza regiões que não possuem tal infraestrutura. Por fim, apesar de serem os mais beneficiados por essa concentração, os países desenvolvidos procuram ampliar a participação dos países do Terceiro Mundo nas novas tecnologias – o que não deixa de ser uma forma de ampliação dos mercados das suas multinacionais (CHESNAIS, 1996; BARBOSA, 2021).

Apesar de estimular reflexões sobre a construção de uma “nova economia” onde o conhecimento e a informação passam a atuar como meios de produção que atuam na previsão e prevenção de crises, dado fluxo instantâneo de informações, essa mesma nova economia ainda está imbricada à velha economia produtora de bens de consumo e bens de produção. Dessa forma, percalços que abalam o que os economistas chamam de



economia real são sentidos com intensidade pela economia do conhecimento que atua em favor da alta finança. Sem embargo, apesar das inovações e da integração tecnológica e financeira, o capitalismo continua polarizando a separação entre burgueses e proletários, países desenvolvidos e subdesenvolvidos mediante a concentração de capitais principalmente na esfera financeira a partir da qual subjuga as nações atrasadas sob uma nova forma de Imperialismo (CHESNAIS, 1996; BARBOSA, 2021).

Portanto, infere-se que a globalização, por intermédio das suas quatro esferas, simboliza o avanço da mundialização do capital puxado pelas multinacionais por intermédio dos seus investimentos externos diretos, mas que também é caracterizado pela desregulamentação financeira em favor dos países com amplas concentrações de capitais e em detrimento dos países subdesenvolvidos. Por serem os principais meios de transporte das inovações e por se concentrarem nos países desenvolvidos, os IED's permitem a concentração da tecnologia de ponta nos países ricos, resultando na exclusão digital dos países pobres. Apesar de ainda haverem significativas barreiras quanto à penetração de capital e de mercadorias nas mais diversas economias nacionais, a mundialização já se confirma como tendência sem o mínimo sinal de contratendência – principalmente no que tange à globalização financeira. Em termos essenciais, a globalização enquanto mundialização do capital aparece como a projeção mundializada dos ciclos do capital estudados por Marx (2013) no Livro II d'O Capital, onde as globalizações: comercial, produtiva, tecnológica são manifestações do alcance do mundial dos ciclos do capital comercial, do capital industrial – que leva consigo a sua tecnologia – e dos capitais portador de juros e fictício. No que tange a globalização tecnológica, é crucial apontar para a China enquanto potência emergente em todas as esferas da globalização, o que reposiciona a discussão sobre a eficiência do socialismo enquanto modo de produção da riqueza social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como objetivo geral discutir o processo que se convencionou chamar de globalização no âmbito das suas esferas e como objetivos específicos, discorrer sobre a



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16a Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

globalização comercial; a globalização produtiva; a globalização financeira; e a globalização tecnológica, compreende-se que tais objetivos foram cumpridos dadas as considerações que foram levantadas no presente texto.

Ademais, inferiu-se que a globalização, por intermédio das suas quatro esferas, simboliza o avanço da mundialização do capital puxado pelas multinacionais por intermédio dos seus investimentos externos diretos, mas que também é caracterizado pela desregulamentação financeira em favor dos países com amplas concentrações de capitais e em detrimento dos países subdesenvolvidos. Por serem os principais meios de transporte das inovações e por se concentrarem nos países desenvolvidos, os IED's permitem a concentração da tecnologia de ponta nos países ricos, resultando na exclusão digital dos países pobres. Apesar de ainda haverem significativas barreiras quanto à penetração de capital e de mercadorias nas mais diversas economias nacionais, a mundialização já se confirma como tendência sem o mínimo sinal de contratendência – principalmente no que tange à globalização financeira. Em consequência, no que tange a globalização tecnológica, é crucial apontar para a China enquanto potência emergente em todas as esferas da globalização, o que reposiciona a discussão sobre a eficiência do socialismo enquanto modo de produção da riqueza social.



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16a Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, A. F. **O Mundo Globalizado: política, sociedade e economia.** São Paulo: Contexto, 2021.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política.** São Paulo: Boitempo, 2013.